



Sessão temática: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.

Mesa coordenada Feminismo, direitos e diversidade.

## FEMINISMOS E LUTAS POR DIREITOS: REPERCUSSÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL

MIRIAM DE OLIVEIRA INÁCIO<sup>1</sup>

**Resumo:** Analisa a potencialidade das lutas feministas por direitos, sua relação com o projeto de emancipação humana e o posicionamento dos movimentos feministas quanto às políticas públicas para as mulheres no Brasil. A partir de uma abordagem histórico-crítica de cunho marxiana, os procedimentos metodológicos adotados foram uma pesquisa bibliográfica acerca do caráter emancipatório do feminismo e a agenda teórico-política de movimentos feministas no Brasil no período entre 2000 e 2013. A reflexão revelou uma pluralidade de perspectivas teórico-políticas sobre o lugar dos direitos para a garantia da plena emancipação das mulheres. **Palavras-chave:** Feminismo; Emancipação das Mulheres; Direitos; Políticas Públicas.

**Abstract:** It analyzes the potentiality of feminist struggles for rights, its relation to the project of human emancipation, and the position of feminist movements regarding public policies for women in Brazil. Based on a historical-critical Marxian approach, the methodological procedures adopted were a bibliographical research on the emancipatory character of feminism and the theoretical-political agenda of feminist movements in Brazil in the period between 2000 and 2013. The reflection revealed a plurality of theoretical-political perspectives on the place of rights to guarantee the full emancipation of women.

**Keywords:** Feminism; Emancipation of Women; Rights; Public Policy.

### 1 INTRODUÇÃO

O atual contexto de crise do capital, marcado por fortes desigualdades e contradições de classe social, acentua as formas de opressão contra nós, mulheres. Presenciamos a precarização do trabalho feminino, as múltiplas jornadas de trabalho, a feminização da pobreza, diversas formas de violências contra as mulheres e fortes reações conservadoras de negação de nossos direitos sexuais e reprodutivos, dentre outras realidades que demonstram a vitalidade da cultura patriarcal.

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

Tal cenário denota a atualidade do feminismo e demanda o fortalecimento das lutas feministas no horizonte da plena liberdade e emancipação das mulheres. Considerando que o feminismo, pensado como prática política e campo do saber, surge historicamente como um movimento voltado para a conquista da emancipação das mulheres, compreendemos ser fundamental articular a luta por direitos para as mulheres ao projeto de emancipação humana da classe trabalhadora.

Defendemos um feminismo emancipatório que seja capaz de construir as lutas pela emancipação das mulheres no horizonte da emancipação humana, em que a conquista de direitos para as mulheres nesta sociedade, enquanto campo restrito ao patamar de emancipação política no capitalismo, constitui-se numa mediação estratégica do projeto de emancipação humana.

A partir desse entendimento, o presente artigo pretende expor uma breve caracterização das lutas por direitos desenvolvidas pelas principais tendências feministas existentes no país na atualidade, que possuem ramificações na maioria dos estados brasileiros e articulações em nível internacional.

Fundamentado numa abordagem histórico-crítica de cunho marxiana, o método de estudo utilizado buscou apreender as perspectivas políticas das lutas feministas “anticapitalistas” no interior da conjuntura sócio-política do país, especialmente o debate sobre a potencialidade dos direitos nessas lutas pela emancipação plena das mulheres. Para isso, os procedimentos metodológicos adotados envolveram uma revisão da literatura sobre o caráter emancipatório dos movimentos feministas e uma pesquisa bibliográfica sobre a agenda teórico-política da União Brasileira de Mulheres (UBM), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), do Movimento de Mulheres em Luta (MML) e do Grupo de Mulheres Pão e Rosas no período entre 2000 e 2013.

Com base na tradição marxista, faremos uma reflexão sobre a emancipação das mulheres articulada ao debate sobre a relação entre emancipação política e emancipação humana, bem como o caráter estratégico da defesa de direitos. Considerando a pluralidade do feminismo, observamos diferentes posicionamentos teórico-políticos sobre a potencialidade da

conquista de direitos para a plena emancipação das mulheres e as repercussões dessas lutas nas críticas e apoios às políticas públicas para as mulheres.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 FEMINISMO, EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES E A QUESTÃO DOS DIREITOS**

A garantia de direitos para as mulheres, o ideário da igualdade entre os sexos e os valores da autonomia e emancipação das mulheres são conquistas dos movimentos feministas. No entanto, o caráter limitado e residual quanto à concretização dessas conquistas põe em evidência o paradoxo da cidadania feminina na sociabilidade capitalista, marcada pela combinação entre a igualdade jurídico-formal e as desigualdades entre mulheres e homens em todas as dimensões da vida social. Em tal realidade a atualidade das lutas feministas pela emancipação das mulheres ganha evidência diante das várias facetas da exploração e opressão das mulheres nesta sociabilidade capitalista e patriarcal.

A histórica dupla opressão das mulheres no capitalismo e na família, apontada por Marx (1985) em *O Capital*, revela-se na permanência de uma desigual divisão sexual do trabalho no espaço doméstico e na superexploração do trabalho das mulheres, as quais atendem as necessidades maximização do processo de valorização do capital.

Em face do atual cenário de múltiplas explorações e opressões das mulheres e considerando que o “feminismo pode ser então compreendido como tudo aquilo que diz respeito à emancipação das mulheres” (SILVA; CAMURÇA, 2010, p. 09), torna-se fundamental o fortalecimento das lutas feministas em direção a conquista de direitos e plena emancipação para as mulheres.

Nesse sentido, entendemos a emancipação das mulheres como parte do processo mais amplo de emancipação humana, o que supõe analisar a opressão das mulheres na atual sociabilidade capitalista sob a hegemonia patriarcal segundo uma ótica de totalidade social ancorada no materialismo

histórico-dialético. Dessa forma, requer a apreensão das mediações políticas e culturais entre as lutas socialistas e feministas no processo de conquista da emancipação das mulheres, nas quais comparece a luta por direitos - limitada ao campo da emancipação política no capitalismo - e pelo fim do patriarcado como parte integrante de um projeto societário emancipatório, em que o fim da contradição capital X trabalho assume um caráter fundamental e ineliminável, porém não exclusivo.

A perspectiva da emancipação humana supõe assumir a centralidade da luta de classes e sua erradicação na direção do socialismo. Nessa direção afirma Tonet (2005, p. 01): “a emancipação humana, ou seja, uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres, supõe a erradicação do capital e de todas as suas categorias. Sem esta erradicação é impossível a constituição de uma autêntica comunidade humana”.

Em obra da sua juventude, “*A Questão Judaica*”, de 1844, Marx concebe a emancipação política como conquista de direitos legais no interior da sociedade capitalista, o que representa um avanço, mas ressalta que a mesma não tem a capacidade de emancipar o indivíduo por completo.

Não há dúvida que a emancipação *política* representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual. É óbvio que nos referimos à emancipação real, à emancipação prática (MARX, 2007, p. 23, grifo do autor).

Marx destaca a relação entre a emancipação humana e a emancipação política. Discutindo as limitações da emancipação política, ele afirma que a emancipação política não gera a emancipação humana, ao contrário, ela se consagra pela cisão do ser humano entre a vida pública e a vida privada. Na sua crítica à declaração dos direitos do homem e do cidadão, Marx afirma que o direito humano da liberdade é o direito humano à propriedade privada, de desfrutar do patrimônio, em que “a liberdade individual e sua aplicação constituem o fundamento da sociedade burguesa. Sociedade que faz que todo homem encontre em outros homens não a realização de sua liberdade, mas, pelo contrário, a limitação desta” (MARX, 2007, p. 35).

Dessa forma, o fim da vida política é a garantia dos direitos do homem individual e do burguês. Assim, Marx revela que os direitos são um meio para consagração da sociedade burguesa e não o contrário. De outro lado, a partir dessa reflexão, é possível entender que toda luta por direitos que não questiona as bases estruturais da cisão entre o cidadão e o burguês, entre o homem como ser individual e ser genérico, mantém intactas as raízes das formas de exploração e opressão e as possibilidades de superação radical da ordem do capital e conquista da emancipação humana.

A tradição marxista e socialista na passagem do século XIX ao XX na Europa, inspirada no pensamento de Marx e Engels, reafirmou a defesa da emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana e para além das conquistas no campo da emancipação política. O ponto de vista socialista e marxista superou a visão do feminismo liberal e reconhecendo os limites dos direitos no capitalismo, conseguiu articular a luta por direitos para as mulheres ao projeto socialista de emancipação humana.

No contexto da Primeira Onda feminista nos séculos XIX e XX havia uma clara oposição entre as feministas liberal-burguesas, que lutavam pela emancipação política das mulheres; e as mulheres anarquistas, socialistas e marxistas, que reconheciam a importância das conquistas no campo da emancipação política, mas entendiam a luta por direitos como parte de uma estratégia socialista de formação da consciência e organização política das mulheres para a construção do socialismo, na perspectiva da emancipação humana.

Nessa época, a socialista Clara Zetkin (1857-1933) considerou como legítimas as reivindicações pela conquista da igualdade entre homens e mulheres, como o direito ao voto, à educação e ao trabalho. Ademais, ela destacou que a luta principal das mulheres socialistas deveria ser contra a sociedade capitalista, em que a mulher proletária não deveria se unir ao movimento feminino burguês, mas estabelecer alianças com o proletariado. Então, defendeu que a luta não deveria ser pela livre concorrência da mulher com o homem no capitalismo, mas contra a exploração da mulher proletária (ZETKIN, 1976, 1980).

Para Zetkin (1976, 1980), a conquista dos direitos para as mulheres representava um instrumento para um objetivo maior, qual seja, o de lutar em condições de igualdade ao lado dos proletários pelo socialismo. Sob esta ótica, o acesso aos direitos não é o fim da luta, mas um meio para fortalecer a luta socialista e a condição da mulher como sujeito político revolucionário. Assim, as reflexões de Zetkin mostram que a luta pela conquista de direitos no campo da emancipação política constituem-se numa estratégia socialista, cuja finalidade principal é a conquista do socialismo e da emancipação humana.

As reflexões de Zetkin (1976,1980) e Vladimir Lenin (1980) estabeleceram uma relação entre emancipação humana e emancipação política, em que a luta por direitos alcança legitimidade política, desde que tenha como horizonte a construção de uma consciência política voltada ao socialismo. Em relação à emancipação das mulheres, esta concepção permitiu a defesa da igualdade de direitos entre mulheres e homens atrelada à luta pela emancipação da classe trabalhadora.

Nesse sentido, fundamentado no debate sobre emancipação das mulheres na tradição marxista, Antunes (2009) pensa a luta pela emancipação da mulher como parte da emancipação do gênero humano, a qual envolve uma luta contra o capital, mas também contra a opressão masculina. Dessa forma, ressalta que a emancipação específica da mulher em relação à opressão masculina é uma conquista feminina para a emancipação do gênero humano.

No processo mais profundo de emancipação do *gênero humano*, há uma ação conjunta e imprescindível entre *os homens e as mulheres que trabalham*. Essa ação tem no capital e em seu sistema de metabolismo social a fonte de *subordinação e estranhamento*. [...] Mas a luta das mulheres por sua emancipação é também – e decisivamente – uma ação contra as formas histórico-sociais da opressão masculina (ANTUNES, 2009, p. 110, grifo do autor).

Inspirado na tese do socialista Fourier sobre a emancipação das mulheres como medida da emancipação humana e a partir da consideração do caráter “totalizante” do sistema do capital, Mészáros (2011) explica que os complexos sociais sempre funcionam com base em reciprocidades dialéticas. Todas as formas históricas são afetadas pelas características estruturais fundamentais de todo o complexo social, o que impossibilita a plena

emancipação das mulheres e uma igualdade verdadeira na família e nas relações sociais entre os sexos.

Assim, dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica de emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela *igualdade verdadeira* que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecente no “macrocosmo” abrangente da sociedade burguesa e igualmente no “microcosmo” da família nuclear (MÉSZÁROS, 2011, p.271, grifo do autor).

Conforme Mészáros (2011), nos séculos XIX e XX fizeram-se avanços na questão da emancipação das mulheres dentro dos limites bem demarcados das concessões puramente formais/legais, como a celebrada vitória das sufragistas ou a eliminação de parte da legislação discriminatória contra as mulheres. Ele destaca que a entrada das mulheres no mercado de trabalho no século XX - que chegam a ser maioria nos países de capitalismo avançado - não resultou em sua emancipação. Ao contrário, ocorreu a imposição de salários mais baixos e a participação crescente das mulheres no setor de serviço. E com o encolhimento da margem de manobra do capital, a melhoria das condições de vida das mulheres dentro das margens da ordem se torna irrealizável.

Ainda de acordo com Mészáros (2011), as divergências no movimento feminista nos anos 1960/1970 estavam relacionadas a definição de estratégias para assegurar o avanço da emancipação das mulheres se dispendo ou não a questionar os limites estruturais impostos pelos parâmetros do sistema do capital.

Sobre a adoção de uma perspectiva de questionamento aos limites estruturais do sistema capitalista pelos movimentos feministas, as implicações da atual crise do capital sobre o conjunto da classe trabalhadora, em especial das mulheres trabalhadoras, tem favorecido o revigoramento das tendências “anticapitalistas” e emancipatórias do movimento feminista em todo o mundo e no Brasil.

Neste debate, é pertinente a reflexão de Wood (2003) de que os movimentos “anticapitalistas” podem assumir uma perspectiva socialista ou voltada para a humanização do capitalismo. Nesse sentido, veremos que as

principais tendências feministas “anticapitalistas” em ação na conjuntura do país nos anos 2000 revelam diversas perspectivas teórico-políticas sobre o lugar dos direitos na garantia da plena emancipação das mulheres, assunto a ser apresentado no item seguinte.

## **2.2 LUTAS FEMINISTAS “ANTICAPITALISTAS” POR DIREITOS PARA AS MULHERES NO BRASIL**

No Brasil, há uma diversidade de articulações e redes feministas “anticapitalistas” que se encontram reunidas em torno do ideário “anticapitalista” e contra o neoliberalismo e que disputam a hegemonia teórico-política no âmbito do feminismo.

Nesta primeira década do século XXI, o quadro mundial de crise do capital e continuidade da ofensiva capitalista neoliberal trouxeram como consequências para o Brasil a precarização do trabalho e a privatização e focalização das políticas sociais, provocando uma crescente desigualdade social e pauperização das classes trabalhadoras, particularmente das mulheres trabalhadoras, tendo sua expressão na chamada feminização da pobreza.

A assunção do PT ao governo federal também provocou uma maior disputa teórico-política no campo feminista “anticapitalista” ao longo da década de 2000, período em que surgiram tendências feministas anticapitalistas e socialistas de oposição às políticas do governo federal, tais como o Movimento de Mulheres em Luta (MML) e o Grupo de Mulheres Pão e Rosas.

Neste cenário político, destacaram-se tendências dos movimentos feministas de defesa da autonomia crítica frente ao governo federal, como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o Movimento de Mulheres em Luta (MML) e o Grupo Feminista *Pão e Rosas* do Brasil, as quais propagaram uma resistência ao capitalismo, ao neoliberalismo e criticaram o conservadorismo presente nas políticas públicas para as mulheres, a baixa qualidade das políticas sociais, o bloqueio do orçamento das políticas para as mulheres, entre outras.

A AMB se define como um movimento social feminista, antipatriarcal, antiracista e anticapitalista. Para a AMB, o capitalismo se realiza de forma

imbricada com o patriarcalismo e o racismo e daí a necessidade de construir um feminismo anticapitalista, articulado com a questão de classe.

Enquanto perdurar a contradição capital / trabalho, não há como haver liberdade e autonomia para as mulheres. Mas a superação dessa contradição não nos dá nenhuma garantia de superação da opressão das mulheres. Por isso, articular o feminismo com a discussão de classe é condição imprescindível para impulsionar as lutas feministas de enfrentamento ao capitalismo e formular, a partir do feminismo, qual a sociedade que a gente quer (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011, p.25).

A AMB apresenta como objetivo central a conquista da autonomia das mulheres, e para isso, ressalta ser necessário transformar o mundo e pôr fim à exploração e opressão. Nessa direção, se orienta por um projeto político anticapitalista, contrário à globalização capitalista, tendo como horizonte utópico a construção de uma sociedade democrática e igualitária, ou ainda, defende um socialismo com democracia (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011).

Temos defendido, para além dos limites do capitalismo, um socialismo com democracia que ainda está por ser construído, mas que, concretamente, nos identifica como anticapitalistas. Nossa ética anticapitalista caminha no sentido de que queremos ser o que queremos ver na sociedade, daí a proposição de sintetizarmos as lutas anticapitalistas num projeto popular feminista para a defesa da vida das mulheres. Isso inclui o debate sobre o consumismo, a produção da pobreza, e a exploração existente também entre as mulheres (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011, p.25).

Para a AMB, que considera como igualmente central as lutas anticapitalista, antipatriarcal, antiracista e antilesbofóbica para o fim da opressão das mulheres, a garantia de direitos às mulheres configura-se numa mediação estratégica dessas lutas, tendo como objetivo maior a conquista da autonomia e liberdade das mulheres.

Em relação às políticas públicas para as mulheres organizadas pelo governo federal durante os mandatos presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), a AMB fez a crítica ao baixo investimento governamental em políticas públicas para as mulheres, devido à adoção de um modelo neoliberal; a política econômica desenvolvimentista que

agravou a crise social e ambiental e a estratégia de cooptação dos movimentos sociais.

Segundo Sílvia Camurça (2011), uma das militantes e teóricas da AMB, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) executou apenas 1 (um) programa para o período 2012-2015, muito menos do que a proposta da AMB de 7 (sete) programas. Ela ressaltou que o fato de termos uma mulher como presidenta não significou a garantia de uma orientação feminista e libertária nas políticas para mulheres. Ao contrário, resalta que se observou a ênfase na maternidade e não nas mulheres. Ela também denunciou que houve um crescimento da domesticação da população nas Conferências das Mulheres e que a participação das mulheres nas lutas sociais tem sido substituída pela participação institucional sob hegemonia do governo.

Para Gilsa Barcelos (2011), as mulheres são especialmente atingidas pelas consequências da globalização econômica e do neoliberalismo presentes nos governos do PT. Afirma que Lula se elege com uma proposta de enfrentamento ao Estado Neoliberal, mas com o passar dos anos, seu governo incorporou elementos neoliberais, resultando num governo permeado por fortes contradições. De outro lado, reconhece que há um consenso entre as mulheres brasileiras de que foi no governo Lula que mais se avançou na criação e implementação de políticas para as mulheres. Destaca ainda que governo Dilma há contradições mais acentuadas do que no governo Lula, como a questão ambiental, a ênfase no programa bolsa família, no crescimento do agronegócio, na repressão à violência urbana, redução dos salários, aprofundamento da desigualdade salarial e políticas públicas precarizadas. A AMB também criticou as iniciativas governamentais de valorização do papel da mulher na família presentes no programa bolsa família e a ideologia que fundamenta essas iniciativas, como aquela que considera a mulher como culpada pela “desestruturação familiar”.

Já o MML faz uma crítica mais contundente a política neoliberal dos governos do PT, expressa no ataque aos direitos trabalhistas com a proposta de flexibilização dos direitos do Acordo Coletivo Especial (ACE), entre outras. O MML, como parte da CSP-CONLUTAS, uma Central Sindical e Popular que privilegia a unidade das lutas contra toda forma de exploração e opressão

capitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora, define-se como um movimento de mulheres feminista, classista e socialista.

O Movimento de Mulheres em Luta (MML) foi lançado em abril de 2008 no I Encontro Nacional de Mulheres da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), que começou a organizar-se a partir de 2004, com a reunião de diversos setores do movimento sindical na luta contra as reformas neoliberais do governo Lula. Depois disso, o CONLUTAS deu início a uma experiência de incorporação dos movimentos populares numa mesma entidade, a ser constituída na organização da Central Sindical e Popular (CSP) - Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) / CSP-CONLUTAS, em 2010.

O MML também teve sua formação ligada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), por meio da Secretaria de Mulheres deste partido. No 5º Encontro Nacional de Mulheres do PSTU, realizado entre 23 e 25 de março de 2012, o PSTU reafirmou a necessidade de organização das mulheres da classe trabalhadora, à exemplo do que vem sendo realizado pelo MML, considerado como uma alternativa às organizações governistas ou policlassistas. O programa de luta contra o machismo aprovado neste encontro se posicionou contrário à ideologia do “empoderamento” das mulheres, que disfarça a opressão machista crescente na sociedade capitalista; na defesa de uma alternativa de organização classista e de luta pelo socialismo e de uma necessária união da luta contra a opressão da mulher com a luta do conjunto da classe trabalhadora contra o capitalismo. Tal programa fundamenta-se na ideia do partido revolucionário como a possibilidade concreta da unidade entre homens e mulheres da classe trabalhadora, algo considerado essencial para a emancipação das mulheres (PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS).

Conforme informação disponível na página eletrônica do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), o MML entende que o capitalismo tem mostrado sua inviabilidade para a conquista da liberdade para todas as mulheres do mundo. Por isso, defende a necessidade de construir um novo feminismo capaz de resgatar as concepções classistas que foram parte das lutas das mulheres no século XX (PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS).

Ainda como parte desse mesmo bloco de tendências feministas de inspiração anticapitalista socialista, temos o Grupo de Mulheres Pão e Rosas do Brasil, que enfatiza a necessidade de resgatar o espírito de luta internacionalista do movimento revolucionário do início do século XX.

No Brasil, o *Pão e Rosas* surgiu em março de 2009 e também participa do CSP- CONLUTAS. Integra o movimento latino-americano *Pan y Rosas*, o qual possui agrupações no Chile, Argentina, Bolívia, México e no Estado Espanhol. Este movimento foi impulsionado pela Liga Estratégica Revolucionária – Quarta Internacional e Independentes (LER-QI). O nome *Pan y Rosas* é uma homenagem as operárias norte americanas de uma fábrica têxtil em Massachusetts, que no começo do século XX realizaram uma greve na luta pelos seus direitos e levantaram a bandeira “*O direito ao pão, mas também as rosas*”. O pão representa comida e todas as condições necessárias para viver, e as rosas, o direito à cultura, à arte, ao lazer e a possibilidade de se desenvolver plenamente enquanto mulheres (NÚCLEO PÃO E ROSAS).

Segundo Andrea D’Atri (2008), fundadora do grupo de mulheres *Pan y Rosas* na Argentina, a maioria do feminismo se inclinou para uma perspectiva reformista e outro segmento do feminismo ficou limitado ao terreno da cultura e despolitizou a luta das mulheres por sua emancipação. Por isso, defende que é necessário construir um feminismo alternativo a essas perspectivas reformistas e culturalistas. Para ela, o contexto de crise do capital acentuou a feminização da força de trabalho, da pobreza e o aumento da violência contra as mulheres, em que a única saída posta é a de construir uma nova sociedade, sem exploração e opressão.

Nos grupos feministas classistas que enfatizam a ótica da superação do capitalismo e a centralidade da classe social na determinação da opressão/emancipação das mulheres, a emancipação das mulheres é pensada na perspectiva da emancipação humana. A reivindicação por políticas públicas para as mulheres, inscrita no campo da emancipação política, não é desprezada, mas não é a estratégia principal ou o fim da luta feminista para a plena emancipação das mulheres.

Portadores de uma perspectiva classista e revolucionária, o *Pão e Rosas* e o MML ressaltam os limites da conquista de direitos no âmbito da sociedade

capitalista e dos projetos de reforma do capital para a radical emancipação das mulheres.

Para o *Pão e Rosas*, a luta por direitos faz parte de uma estratégia, cuja finalidade é o socialismo e a plena emancipação das mulheres. Já para o MML, que se define como um movimento antineoliberal e antigoverno, a luta por direitos é um meio de mobilização das mulheres para a luta socialista, reiterando que a tarefa prioritária deve ser a luta anticapitalista. Dessa forma, sem negar a necessidade de garantia de direitos, no patamar da emancipação política, tais organizações defendem a emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, tomando como fundamental a superação dos antagonismos de classes sociais que estruturam a sociedade capitalista.

Dessa forma, resgatam o debate socialista realizado no início do século passado sobre a relação entre emancipação política e emancipação humana na discussão sobre a emancipação das mulheres, em que para Zetkin e Lenin a defesa de direitos iguais para as mulheres estava necessariamente vinculada ao projeto emancipatório e socialista da classe trabalhadora.

De outro lado, algumas organizações feministas “anticapitalistas”, como a União Brasileira de Mulheres (UBM) e a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), foram acusadas de dar sustentação as políticas para as mulheres adotadas pelos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Nessa direção, segundo o MML, a sua conexão com as organizações da classe trabalhadora, o diferencia de outros movimentos de mulheres que afirmam projetos no marco da manutenção do Estado burguês e acabam por defender governos que em nada avançam para resolver as condições das mulheres trabalhadoras. Nesse sentido, para o MML, a Marcha Mundial de Mulheres, a maior organização feminista do país, questiona o capitalismo, mas apresenta limites, pois defende a economia solidária e caminha na direção de “uma profunda redemocratização do Estado”, não questionando a dimensão central dos problemas das mulheres e da maior parte da população mundial, que é a divisão da sociedade em classes sociais.

A UBM, definindo-se como parte do feminismo emancipacionista, propõe a organização da luta da mulher contra a opressão de gênero, pela defesa de

seus direitos e por uma sociedade socialista, livre de toda exploração e opressão, conforme consta em seu estatuto: “A UBM é uma entidade que congrega mulheres para a luta pelos direitos e emancipação da mulher e pela igualdade nas relações sociais de gênero” (artigo 2º do Estatuto).

Loreta Valadares (2003), uma das expoentes da corrente feminista emancipacionista, chama a atenção para necessidade de se fazer análises históricas sobre a luta de classes e a luta contra a opressão de gênero, bem como viabilizar medidas concretas que redimensionem o papel da mulher na produção, estabeleçam a função social da reprodução e promovam a real participação política da mulher. Nessa perspectiva, ela afirma:

Há que se levar em conta as condições históricas, o grau de desenvolvimento da sociedade, as condições objetivas da luta de classes, o nível de luta contra a opressão de gênero. No entanto, queremos reafirmar, aqui, que nossa concepção da luta de gênero tem bases históricas, busca desenvolvê-la teoricamente sob a ótica do marxismo e enfatiza sua realização prática na luta revolucionária pela transformação de toda a sociedade, até a construção de uma outra sociedade, socialista, sem qualquer tipo de opressão (VALADARES, 2003, p. 549).

No 1º Boletim Especial UBM – SP (2010), sobre os “100 anos do Dia Internacional da Mulher”, a UBM relaciona a opressão da mulher ao capitalismo. Na sua análise, o sistema capitalista se utiliza do conceito de inferioridade da mulher para promover a opressão de classe. Por isso, é necessário construir alternativas ao neoliberalismo, enfrentar o capitalismo em crise e descortinar o rumo do socialismo (UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES, 2010).

Para a UBM, embora se registrem algumas conquistas para as mulheres nos últimos tempos, é necessário avançar com a implementação integral da lei Maria da Penha, a legalização do aborto, resolver o impasse da dupla jornada de trabalho da mulher e a questão da desigualdade salarial entre mulheres e homens, negros/as e brancos/as, além de aumentar a representação feminina no parlamento, entre outras questões (UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES, 2010).

No entanto, mesmo mantendo a crítica ao neoliberalismo, ao capitalismo e apontando a perspectiva de defesa do socialismo, observou-se uma

mudança nos rumos políticos ou mesmo uma incongruência entre a teoria e a prática política da UBM, que migrou de uma postura crítica, autônoma e de oposição aos governos, para assumir uma postura de colaboração aos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016).

O documento “Considerações gerais sobre a União Brasileira de Mulheres” (UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES, 2010), mostra que a UBM realizou várias parcerias com governos municipais do estado de São Paulo em projetos de conscientização das mulheres sobre DST/AIDS, de educação, formação profissional e geração de trabalho e renda e também desenvolveu parcerias com o ministério da cultura e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do governo federal, o que traz o risco de comprometer sua autonomia crítica perante o governo.

Para a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FEDIM), Federação Internacional a qual a UBM é vinculada, a mulher brasileira está conquistando o pleno emprego, a igualdade de direitos e sua emancipação plena no governo do PT. E ressalta a satisfação pela eleição da primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, considerada companheira de luta da FEDIM. Esta afirmação foi publicizada por sua presidenta, Márcia Campo, na ocasião das comemorações pelos 65 anos de existência da FEDIM, em 06/12/2010. Com base nesta declaração da presidente da FEDIM, é possível identificar uma visão muito restrita sobre emancipação das mulheres, passando ao largo de um projeto societário dirigido à emancipação política e humana das mulheres.

Já a MMM surge em 2000, ainda na conjuntura do governo neoliberal do presidente do país Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), na forma de uma campanha internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista. Essa primeira campanha começou no dia 08 de março, dia internacional da mulher, e se estendeu até 17 de outubro. A inspiração para a realização dessa Marcha foi a ocorrência de uma marcha de mulheres em Quebec/Canadá em 1995, quando 850 mulheres caminharam pedindo “Pão e Rosas”.

A MMM define-se como um movimento anticapitalista, antipatriarcal, antiracista e contrário ao neoliberalismo, assumindo como horizonte político a construção de um mundo com liberdade, igualdade, justiça, paz e

solidariedade. Conforme consta em seus documentos, desde o início a MMM fazia uma crítica global ao capitalismo e ao neoliberalismo, e devido a sua capacidade de mobilização das mulheres, a MMM foi crescendo e abarcou vários setores do movimento de mulheres, o que culminou com a avaliação de que a Marcha deveria continuar como uma ação permanente (MARCHA MUNDIAL DE MULHERES, 2008).

A MMM realizou 3 ações internacionais. Na primeira campanha, em 2000, com o tema “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, participaram 159 países, em que a MMM se apresentou como um movimento feminista integrante do movimento antiglobalização que teve nas manifestações em Seattle um dos seus marcos. Criticou o sistema capitalista como um todo e não apenas sua face neoliberal. Mostrou a sua visão sobre as mulheres, entendidas como sujeitos na luta para mudar radicalmente esse modelo que também é patriarcal, racista, homofóbico e depredador do meio ambiente (MARCHA MUNDIAL DE MULHERES, 2008).

No Brasil e na América Latina a MMM se tornou uma alternativa ao processo de institucionalização e de perda de radicalidade, retomando a ideia da auto-organização das mulheres, da mobilização e da luta feminista vinculada à luta anticapitalista. Recolocou, portanto, a questão de gênero e classe como co-extensivas e a necessidade de transformação global do modelo, sem abandonar outras questões como raça-etnia, juventude etc. (MARCHA MUNDIAL DE MULHERES, 2008, p. 08).

Na década de 1980, a corrente chamada de “feminismo radical” no Brasil temia a incorporação pelo Estado das questões feministas pelo risco de desvirtuar o trabalho feminista. As feministas radicais defendiam que a plena igualdade só seria alcançada com uma mudança radical da sociedade e com o fim do patriarcado e não com mudanças parciais e pequenas reformas. De outro lado, existia um grupo que apostava na elaboração de políticas públicas para mulheres, inclusive apoiando a participação de militantes feministas no poder, como meio de garantir às mulheres condições imediatas de participação na sociedade, em pé de igualdade com os homens (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992).

### **3 CONCLUSÃO**

Mesmo considerando a existência de um divisionismo político no campo feminista “anticapitalista” brasileiro, em que determinados segmentos assumiram uma tendência à colaboração com as políticas públicas para as mulheres implementadas, destacamos a predominância de grupos autônomos e críticos em face das políticas governamentais e que defendem um projeto societário de emancipação das mulheres na direção da emancipação humana.

Nesse sentido, o projeto político da AMB, do MML e do Grupo de Mulheres Pão e Rosas tem como horizonte a defesa de uma sociedade anticapitalista na perspectiva do socialismo, apreendida como condição necessária para a plena emancipação das mulheres. A práxis política dessas organizações feministas que fazem uma clara oposição às políticas econômicas, sociais e para as mulheres do governo federal no período entre 2000 e 2013 também revelaram uma estratégia política de articulação entre as lutas pela emancipação política e emancipação humana, em que a defesa de direitos assume um caráter estratégico.

Entendemos que a retomada do feminismo socialista e marxista, ao apontar para uma perspectiva feminista verdadeiramente emancipatória, será capaz de assumir o componente da luta de classes entre o capital e o trabalho no interior da estratégia feminista de emancipação das mulheres como parte de um projeto de emancipação do gênero humano.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo (SP): Boitempo editorial, 2009.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas**: III Conferência de Políticas para as Mulheres-Propostas e questões para o Debate. Brasília, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecafeminista.org.br>>. Acesso em 10 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Memória ENAMB 2011**. Transformando o mundo pelo Feminismo. ENCONTRO NACIONAL DA ARTICULAÇÃO DAS MULHERES BRASILEIRAS, 2., 2011. Brasília. Disponível em: <<http://www.bibliotecafeminista.org.br>>. Acesso em: 10 jan.2012.

BARCELOS, Gilsa Helena. Conjunturas Internacional e Nacional e as Mulheres. In: ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas**: III Conferência de Políticas para as Mulheres-Propostas e questões para o Debate. Brasília, p. 15-21, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecafeminista.org.br>>. Acesso em 10 jan. 2012.

CAMURÇA, Sílvia. É tão mais complexo o que a gente está vivendo hoje. In: ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas**: III Conferência de Políticas para as Mulheres-Propostas e questões para o Debate. Brasília, p. 11-13, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecafeminista.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

D'ATRI, Andrea. **Pão e Rosas**: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo. São Paulo: edições Iskra, 2008.

INÁCIO, Miriam de Oliveira. **A Emancipação das Mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social**: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife (PE), 2013.

LENIN, V. I. **Sobre a Emancipação da Mulher**. Tradução Maria Celeste Marcondes. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1980.

MARCHA MUNDIAL DE MULHERES. **Caderno Marcha Mundial das Mulheres**, n. 01. São Paulo, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulher>>. Acesso em: 20 set. 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. I, Tomo 2, Cap. XIII a XXV.

\_\_\_\_\_. **A Questão Judaica**. Tradução Sílvia Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2007.

MÉZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do Trabalho).

NÚCLEO PÃO E ROSAS. Disponível em:<<http://nucleopaoerosas.blogspot.com>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/opressao>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

SILVA, Carmem; CAMURÇA, Sílvia. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. (Série Mulheres em Movimento,1)

TONET, Ivo. Cidadania ou Emancipação Humana. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, ano IV, n. 44, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.espaçoacademico.com.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

TOSCANO, Moema; GOLDEMBERG, Miriam. **A Revolução das Mulheres**: um balanço do Feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES. **1º Boletim Especial UBM – SP**. 2010. Sobre os “100 anos do Dia Internacional da Mulher”.

\_\_\_\_\_. **Considerações gerais sobre a União Brasileira de Mulheres**. 2010. Disponível em <<http://www.ubmulheres.org.br>>. Acesso em: 11 set.2012.

VALADARES, Loreta. Gênero e Emancipacionismo – o clamor da radicalidade. **Revista Fragmentos de Cultura**: Instituto de Filosofia e Teologia, Sociedade Goiana de Cultura, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 13, n.3, p. 545-550, mai./jun. 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é anticapitalismo? **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n.17, 2003.

ZETKIN, Clara. **La cuestión femenina y la lucha contra el reformismo**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

\_\_\_\_\_. Das memórias sobre Lenin. Do CADERNO DE NOTA. In: LENIN, V. I. **Sobre a Emancipação da Mulher**. Traduzido por Maria Celeste Marcondes. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1980.